



# A história de um povo nascido no deserto



O profeta Maomé funda o islamismo, há 1,4 mil anos, na região da península Arábica, e dá origem à população árabe, cujo território se expande até formar um império

**M**anifestações populares, crises políticas e econômicas profundas, insurgências armadas, intervenção militar externa e lutas sectárias. Tudo

isso, nos últimos dois anos, abala os alicerces do Oriente Médio e do norte da África, onde boa parte dos países compõe o **mundo árabe** – nações cujas populações compartilham, em sua maioria, a religião islâmica e a língua e a cultura árabes.

Muitos dos países da região vivem sob regimes autocráticos, no qual a autoridade se concentra nas mãos de um único partido ou pessoa. Em vários deles, além de autoritária, a elite dominante é corrupta. Em geral, os dirigentes se mantêm no poder amparados por forças militares. Enquanto isso, com o agravamento da situação econômica, a população sobrevive em condições de pobreza. Os jovens escolarizados são diretamente atingidos, pois, apesar da qualificação, não encontram emprego.

De leste a oeste, as populações locais têm exercido um papel ativo ao exigir mudanças. As revoluções na Tunísia e no Egito, que abriram a Primavera Árabe há pouco mais de dois anos, não se restringem apenas ao enfrentamento com a velha ordem. Tão ou mais intrincado é o processo de construção de um sistema democrático, a principal reivindicação das manifestações populares, em sociedades com um histórico restrito a governos autoritários.

Em certa medida, todos os demais países da região lidam com problemas que envolvem seu sistema político, alianças internas e externas e anseios

democráticos. Diversos componentes se misturam nesse caldeirão em ebulição, como a atuação de grupos religiosos fundamentalistas, o enriquecimento de urânio para fins nucleares e o conflito por terra entre palestinos e Israel. Há muitas mudanças em curso no mundo árabe e no Oriente Médio. Só não existe trégua, mas isso não é de hoje.

## O surgimento do Islã

No início do século VII, surgiu em Meca, cidade da Arábia Ocidental, um movimento religioso monoteísta. Um comerciante chamado Mohamed (conhecido em português como Maomé) passou a convocar homens e mulheres à submissão à vontade de Deus, expressa no que ele e seus seguidores aceitavam como mensagens divinas reveladas a ele e que, mais tarde, foram consolidadas num livro, o *Alcorão*.

Entre os 6.326 versículos da obra sagrada dos muçulmanos, há desde instruções para o casamento até regras sobre como o governante deve agir na cobrança de impostos. O *Alcorão* é um livro religioso abrangente, que aborda

questões econômicas, jurídicas e políticas. As doutrinas contidas no corpo da obra são os fundamentos da legislação de diversos países muçulmanos.

O islamismo reivindica para si a mesma origem do judaísmo e do cristianismo: Maomé seria descendente de Abraão, o patriarca bíblico que, há cerca de 4 mil anos, teria feito uma aliança com Deus para que sua semente prosperasse por todo o planeta. Hoje, mais da metade da população do mundo (cerca de 3,8 bilhões de pessoas) segue uma dessas três crenças. Apesar de terem a mesma raiz, a expansão de cada uma delas provocou, no decorrer da história, muitos conflitos, ligados sempre à conquista de novos territórios para os estados aos quais cada religião era ligada.

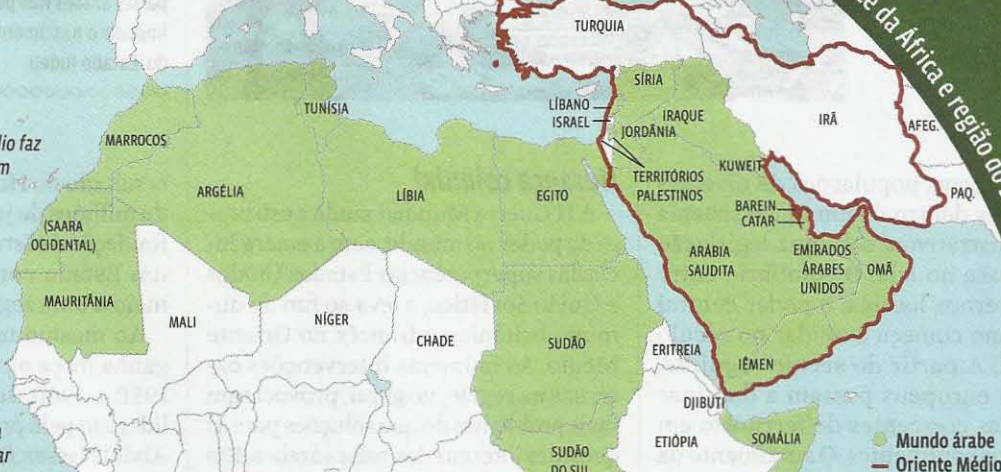
Em nome da nova religião, o Islã, exércitos recrutados entre os habitantes da Arábia invadiram os territórios vizinhos e fundaram um novo Império, o Califado, que conquistou parte do Império Bizantino e todo o Império Sassânida, que então dominavam a região. No auge de sua expansão, estendeu-se da Ásia Central até a Espanha (*veja o mapa na pág. ao lado*). A unidade política do Califado durou até o século X, mas a identidade social e cultural desenvolvida por ele continuou até hoje: grande parte da população daquelas regiões se tornou muçulmana (ou seja, seguidores do Islã), e a língua árabe foi difundida e consolidou-se na literatura e em sistemas de lei, teologia e espiritualidade.

Durante os séculos XV e XVI, os territórios de língua árabe foram dominados pelo Império Otomano, fundado por guerreiros vindos da Ásia Central. O Império era um estado burocrático,

# ORIENTE MÉDIO. MUNDO ÁRABE E SUAS TRANSFORMAÇÕES

O Oriente Médio é uma região com árabes, turcos, persas, curdos e judeus. O mundo árabe inclui países do Oriente Médio, norte da África e região do Saara

O Oriente Médio faz parte da Ásia, tem muito petróleo e pouca água. Integra Irã e Turquia, com populações islâmicas não árabes, e Israel, país judeu. Já o mundo árabe ocupa a área que vai do oceano Atlântico ao golfo Pérsico, abrangendo o norte da África e boa parte do Oriente Médio. A maneira mais utilizada para identificar as nações árabes é a sua participação na Liga Árabe.



## AS MUDANÇAS NO CENÁRIO



1

**IMPÉRIO ÁRABE** O nascimento da religião islâmica é o motor do surgimento e da expansão do mundo árabe. O fundador do Islã foi Maomé (570-632), cujas vitórias militares definiram um território e iniciaram a expansão do Império Árabe.



3

**I GUERRA MUNDIAL** As vésperas da I Guerra Mundial (1914-1918), parte da região integrava o Império Otomano, já reduzido. Outros territórios estavam sob o controle britânico, francês e italiano. Alguns países já estavam independentes.

622 A 750

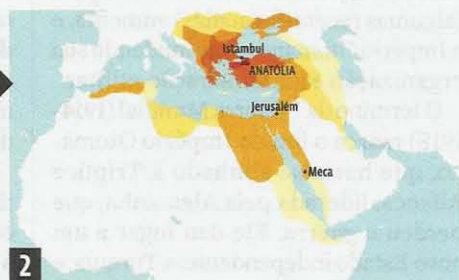
**EXPANSÕES**  
● Profeta Maomé (622 a 632)  
● Califado Patriarcal (632 a 661)  
● Califado Omiada (661 a 750)

O Califado chegou a locais onde estão hoje Paquistão, oeste da China, sul da Rússia, Turquia, Iêmen e Marrocos. Em 711, o Califado domina quase toda a península ibérica, levando sua cultura para a Europa. É o auge da expansão.

1300 A 1683

**EXPANSÕES**  
● Território Otomano em 1300  
● 1300 a 1359  
● 1359 a 1451  
● 1451 a 1481  
● 1512 a 1520  
● 1520 a 1566  
● 1566 a 1683

Depois da Anatólia Central, os otomanos estendem seus domínios, tomam Constantinopla (Istambul), invadem os Bálcãs e chegam às portas de Viena, atual capital da Áustria.



2

**IMPÉRIO OTOMANO** Vindos da Ásia Central já convertidos ao islamismo, os otomanos fundam um império no século XIII que se prolonga até o início do século XX. O império toma Constantinopla em 1453 e a transforma em Istambul.

1800 A 1914

**CONTROLE EM 1914**  
● Britânico  
● Francês  
● Italiano  
● Espanhol

**INFLUÊNCIA EM 1914**  
● Russa  
● Britânica  
● Territórios independentes em 1914  
● Império Otomano em 1914

1920 A 1939

**COLÔNIAS E PROTETORADOS**  
● Britânico  
● Francês  
● Italiano  
● Espanhol

● Territórios independentes  
— Fronteiras após 1920  
— Países sob o mandato da Sociedade das Nações após 1920



4

**II GUERRA MUNDIAL** A configuração política da região, decidida a partir dos acordos secretos de Sykes Picot e de acertos entre França e Reino Unido, mostrou-se muito instável, com governos ditatoriais sob influência externa.



### ISRAEL DE PÉ

O comandante sírio Mahmoud Bey Mahdi, em 1948: o ataque dos países árabes não pôde impedir o nascimento do Estado judeu

que abrigava populações de diversas religiões dentro de um único sistema administrativo e sob uma legislação com base no Islã. O equilíbrio entre os governos locais e o poder central otomano começa a mudar no século XVIII. A partir do século seguinte, países europeus passam a dominar parcelas crescentes de território em todos os continentes. O surgimento da produção fabril em larga escala – com a Revolução Industrial – e as mudanças nas comunicações levaram à expansão do comércio europeu para os quatro cantos do mundo. E não foi só isso que cresceu: o poderio militar das nações (algumas recém-formadas) aumenta, e o Império Otomano reage mudando sua organização e administração militar.

O término da I Guerra Mundial (1914-1918) marca o fim do Império Otomano, que havia se alinhado à Tríplice Aliança, liderada pela Alemanha, que perdeu a guerra. Ele deu lugar a um novo Estado independente, a Turquia, e as províncias árabes foram postas sob o controle britânico e francês. Em alguns lugares, o poder dominante fez acordos com as potências europeias e adquiriu certa autonomia, como no Iraque, mas em outros a relação continuou sendo de controle colonial, como na Palestina. A configuração geográfica desses países, bem como as elites selecionadas para ocupar o poder pelas potências dominantes, Reino Unido e França, levavam em conta dois componentes:

- ➔ a política de reforço da dominação regional de britânicos e franceses, devido à descoberta de extensas jazidas de petróleo naquela área;
- ➔ as disputas entre as elites árabes.

### Herança colonial

A II Guerra Mundial muda a estrutura de poder no mundo, com a emergência das superpotências Estados Unidos e União Soviética, e leva ao fim do domínio britânico e francês no Oriente Médio. As inúmeras intervenções externas na região, no geral, provocaram mais problemas do que soluções para as questões internas dos países árabes. Em meio a tanta história de conflitos, o mais perene e difícil de superar vem sendo travado numa pequena porção de terra. Seus protagonistas são árabes palestinos e israelenses. No fim do século XIX, teve início o movimento sionista (veja na pág. 84), que objetivava a fundação de um Estado judeu na Palestina. Na época, os judeus foram estimulados a migrar para a região, então província do Império Otomano.

No período final da I Guerra Mundial, com a Declaração Balfour (1917), os britânicos, que passariam a dominar a região, dão seu apoio à formação de um Estado judeu. Começa então uma migração maciça, que se amplia após a II Guerra Mundial (1939-1945), como

resultado do Holocausto, o assassinato de milhões de judeus pelos nazistas. A fundação de Israel, em 1948, estabelece um Estado com apoio ocidental em meio a uma região árabe.

Ao mesmo tempo, um movimento ganha força na região: nas décadas de 1950 e 1960, surge o Pan-Arabismo, liderado pelo presidente egípcio Gamal Abdel Nasser. O movimento exaltava o nacionalismo árabe, aspirava à união dos países árabes e reafirmava o direito de autodeterminação desses povos, principalmente os palestinos, população sem Estado. O discurso de Nasser era anti-imperialista e antissionista, e defendia reformas para promover o desenvolvimento econômico e social da região. A derrota do Egito, da Síria e da Jordânia na Guerra dos Seis Dias, em 1967, contra Israel, porém, abre um período de desunião entre os líderes dos vários países árabes.

Com a decadência do colonialismo após a II Guerra Mundial, os países da região haviam ganhado independência, mas as potências buscaram manter sua influência, favorecendo a ascensão de governantes com os quais mantivessem acordos, e, em diversos casos, passam a oprimir minorias aliadas do poder, como os curdos, presentes em diversos países. Alguns presidentes das nações árabes nas décadas de 1950 a 1980, como Nasser, traziam novos projetos nacionais, mas centralizavam o poder e desenvolviam uma política personalista. Muitos deles eram oficiais das Forças Armadas, e sua autoridade se ligava à ação para acabar com a tirania das monarquias, com o fundamentalismo religioso e a pobreza entre a população árabe.

**Na década de 1950 surge o Pan-Arabismo, liderado pelo egípcio Nasser, promovendo o nacionalismo árabe**

### UNIDADE ÁRABE

Reunião da Liga Árabe, na década de 1950 (à *dir.*), e Nasser, em 1958, aclamado pela multidão (abaixo): período nacionalista e de defesa da união dos países da região



FOTOS: AFP



### Nova era

Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 contra os Estados Unidos, executados pela rede terrorista Al Qaeda, liderada pelo saudita Osama bin Laden, inauguram um novo cenário geopolítico mundial, em especial para as populações árabes. No mesmo ano, os EUA iniciam a guerra no Afeganistão, país asiático com população muçulmana, vizinho ao Oriente Médio. Em 2002, George W. Bush, então presidente norte-americano, define a nova

estratégia de segurança nacional, chamada de **Doutrina Bush**. Nela, os EUA resumem as relações internacionais ao embate entre “forças do bem” (sociedades democráticas e seus aliados) e “forças do mal” (organizações/países que patrocinam o terrorismo). Na lista de inimigos, divulgada e redefinida periodicamente por Washington, existiam nações e organizações árabes e muçulmanas. Assim, criou-se uma polarização entre os países ocidentais e o mundo islâmico (veja na pág. 36).

Com essa base, os norte-americanos reforçam sua presença militar em todos os continentes e ampliam seu orçamento bélico. Em 2003, os Estados Unidos invadem o Iraque sem a aprovação da ONU e com o auxílio do Reino Unido (veja mais na pág. 80). Depois de derubado o regime de Saddam Hussein, a ocupação no Iraque toma um rumo complexo, com a multiplicação de grupos armados e um conflito que se estendeu até 2011.

Após o 11 de Setembro, o nome de Osama bin Laden ganha fama mundial, inspirando terroristas islâmicos não apenas no Iraque. Vários grupos se autodenominando Al Qaeda (que significa “a base”, em árabe), ou agindo em nome de seus objetivos, passaram a organizar atentados na Europa, na África e no Oriente Médio. A Al Qaeda transforma-se em uma organização com estrutura descentralizada e difusa, operando com braços autônomos.

Nesse período, o discurso extremista de Bin Laden (morto pelos EUA em 2011) perdía apelo. Contribuiu para isso a violência indiscriminada da Al Qaeda, que matou milhares de muçulmanos no mundo árabe – em especial no Iraque – sob o pretexto de combater as tropas ocidentais. Sua falta de influência real ficou evidente nas revoltas populares que sacudiram a região desde janeiro de 2011. A multidão tomou as ruas na Tunísia, no Egito e em outros países do mundo árabe por liberdade e democracia, e não pela implantação de Estados islâmicos, como defendido por Bin Laden e por grupos fundamentalistas islâmicos. A ampla mobilização popular se distancia dos métodos usados por pequenos grupos de ação clandestina.



# A primavera que virou outono



## Os movimentos populares derrubaram governos, mas construir Estados democráticos exige um caminho longo e cheio de conflitos

**D**o início de 2011, revoluções jovens, modernas e seculares depuseram os ditadores da Tunísia e do Egito, causando uma onda de revoltas que avançou além de suas fronteiras.

Esses movimentos de protesto ganharam o nome de Primavera Árabe. A queda do ditador Zine al-Abidine Ben Ali, na Tunísia, representou uma novidade para a região: pela primeira vez, um governante foi deposto pela força do próprio povo mobilizado nas ruas. A derrubada do ditador Hosni Mubarak, no Egito, o país mais influente e populoso do mundo árabe, contribuiu para espalhar os protestos pela região.

No entanto, a Primavera Árabe, que num primeiro momento encheu de esperança a população árabe, tomou rumos complexos, com os choques de interesses entre grupos políticos e forças econômicas e militares. A repressão aos protestos provocou levantes armados de grupos com apoio estrangeiro, intervenções militares externas e multiplicou as áreas de conflitos. Após meses de combates, outros dois ditadores foram depostos, ainda em 2011: Muammar Kadafi, na Líbia, e Ali Abdullah Saleh, no Iêmen.

Como se pode observar, na busca da soberania popular, nada é simples nem fácil. Na Tunísia, o novo governo manteve no poder membros do regime deposto. No Egito, os militares se apegaram ao poder e frearam as mudanças. Na Líbia, a desagregação do país e as rivalidades entre os grupos frustram os anseios por democracia. A Síria está mergulhada em profunda violência.

### A Síria em estado de guerra

A repressão do ditador sírio Bashar al-Assad às manifestações contra o regime evoluiu para uma guerra civil, protagonizada por rebeldes que contam com apoio externo, em armas e homens, que enfrentam as forças oficiais há dois anos. A situação na Síria agravou-se a ponto de o ditador Bashar al-Assad afirmar, em junho de 2012, que o país vive “em estado de guerra”. A crise recente é a mais séria ameaça à ditadura da família Al-Assad, estabelecida há mais de 40 anos. O conflito matou, pelas estimativas da ONU, 60 mil pessoas entre março de 2011 e dezembro de 2012. Cerca de 30 mil pessoas estão refugiadas na Turquia.

O pai do atual presidente, Hafiz al-Assad, chegou ao poder liderando um golpe militar em 1970. Para se sustentar, instituiu um complexo sistema de alianças – e entender como esse sistema funciona é essencial para compreender o conflito. O clã Al-Assad pertence à minoria alauíta (cerca de 10% da população), parte do ramo xiita do islamismo. Para se manter no poder,

Hafiz obteve apoio político de líderes da maioria sunita (75%), os prósperos mercadores das cidades de Aleppo e Damasco, que formam a elite econômica síria. Sunitas e xiitas são as duas grandes vertentes do islamismo. Aos cristãos (10%), Hafiz oferece proteção. Os postos-chave do governo e das Forças Armadas ficam nas mãos de um círculo leal de alauítas.

O ditador imprime um caráter laico ao Estado sírio, o que favorece o convívio entre as várias comunidades religiosas. Por outro lado, o regime utiliza um vasto aparato de segurança e inteligência, que persegue e sufoca a oposição. Quando Bashar assumiu a Presidência, após a morte do pai, em 2000, havia a expectativa de que o jovem líder fosse iniciar uma abertura política, o que não ocorreu. Assim, os setores descontentes se recolhem, à espera de um enfraquecimento do regime.

A insatisfação com a ditadura transbordou para as ruas logo após as revoluções na Tunísia e no Egito, no início de 2011. As manifestações pró-democracia começam em março daquele ano e se alastram pelo país. Bashar envia tropas para acabar com os protestos.

A violenta resposta do governo estimula parte da oposição a pegar em armas para derrubar o regime, com o apoio de governos no exterior, como o do Catar. A criação do Exército Livre da Síria (ELS) por um ex-coronel do Exército, em agosto de 2011, marca o início da rebelião armada. A deserção de soldados e a adesão de ativistas fazem com que cresça a influência do ELS, que, no fim do ano, controla partes do território do país. As forças sírias ampliam a repressão.

# RECURSOS NATURAIS E ECONÔMICOS

O Oriente Médio e o norte da África apresentam abundância de petróleo, mas escassez de água. Mesmo com boa renda per capita, a pobreza é grande em vários países.

PIB em milhões de dólares, 2011

1.000  
500  
250  
100

Fonte: Banco Mundial

Escassez de água

Extrema  
Alta  
Média

Fonte: Maplecroft

A principal economia da região, a da Turquia, é a 18ª no mundo. Repare que os maiores produtores de petróleo são também alguns dos países com maior atividade econômica.



## A PROSPERIDADE DAS ECONOMIAS

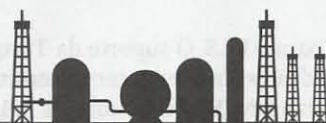
Renda per capita, em dólares, em 2011

|                        |        |
|------------------------|--------|
| Catar                  | 80.440 |
| Kuwait*                | 48.900 |
| Emirados Árabes Unidos | 40.760 |
| Israel                 | 28.930 |
| Omã*                   | 19.260 |
| Arábia Saudita         | 17.820 |
| Barein*                | 15.920 |
| Líbia**                | 12.320 |
| Turquia                | 10.410 |
| Líbano                 | 9.110  |
| Irã**                  | 4.520  |
| Argélia                | 4.470  |
| Jordânia               | 4.380  |
| Tunísia                | 4.070  |
| Marrocos               | 2.970  |
| Síria*                 | 2.750  |
| Iraque                 | 2.640  |
| Egito                  | 2.600  |
| Sudão*                 | 1.300  |
| Djibuti*               | 1.280  |
| Iêmen                  | 1.070  |
| Mauritânia             | 1.000  |

Repare na diferença da riqueza por habitante entre os países da região. Os extremos são a Mauritânia e o Catar.

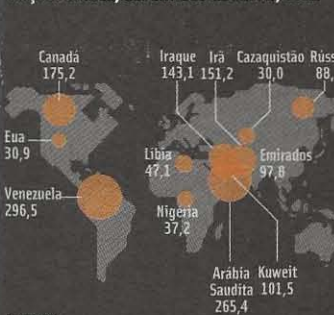
\*2010. \*\*2009

Não há dados para Somália e territórios palestinos. Fonte: Banco Mundial



## QUEM TEM PETRÓLEO

Reservas de petróleo, maiores do mundo e nações árabes, em bilhões de barris, 2011



Fonte: OMC

Os países com economia baseada na extração de petróleo e gás, como Arábia Saudita, Kuwait e Emirados Árabes, são fortemente exportadores. Mais de 40% da atividade produtiva desses países é voltada para as vendas externas. É uma fragilidade, pois os mercados oscilam. Isso não acontece com a Turquia, por exemplo, cuja atividade econômica é muito mais diversificada.



## A PERSISTÊNCIA DA POBREZA

Porcentagem da população que vive abaixo da linha da pobreza (2 dólares por dia, 2005)

|            |       |
|------------|-------|
| Mauritânia | 52,6% |
| Argélia    | 24,6% |
| Marrocos   | 24,3% |
| Egito      | 18,5% |
| Iêmen      | 11,1% |
| Irã        | 8,3%  |
| Tunísia    | 3,0%  |

Fonte: World Development Indicators 2012, Banco Mundial



## OS MAIORES GASTOS MILITARES

Investimento do governo destinado às Forças Armadas de cada país, sem considerar o salário dos militares (milhões de dólares)

|                        |        |
|------------------------|--------|
| Arábia Saudita         | 45.200 |
| Turquia                | 17.400 |
| Emirados Árabes Unidos | 16.100 |
| Israel                 | 14.000 |
| Irã                    | 10.600 |

Fonte: The Military Balance 2012 - The International Institute for Strategic Studies (IISS)



MARTIN BUREAU/AFP

## A importância da Síria

A Síria tem um papel importante no jogo de alianças no Oriente Médio, e uma intervenção militar externa poderia detonar um conflito em toda a região. O regime sírio forma com o Irã e o grupo Hezbollah, do Líbano, um “arco xiita” que se opõe a Israel e disputa a hegemonia no Oriente Médio com as monarquias sunitas. Enquanto os Estados Unidos (EUA) e a União Europeia (UE) apoiam Israel e as monarquias petrolíferas do Oriente Médio, a Rússia é o mais importante aliado da Síria.

Na ONU, os EUA e os países europeus fazem pressão para que o Conselho de Segurança (CS) aprove uma resolução de condenação ao regime sírio, estipulando um embargo internacional. Mas o texto é barrado no CS, pelo veto de Rússia e China, aliadas do Irã. Sem consenso para uma ação militar, os EUA, a UE e a Liga Árabe – comandada por Arábia Saudita e Catar – pedem a renúncia de Bashar e decretam sanções contra a Síria. Os rebeldes contam com o apoio da Turquia, que oferece bases ao ELS. A Arábia Saudita e o Catar também enviam armas e muni-

ções para o ELS. O suporte da Turquia à oposição síria eleva a tensão entre os dois vizinhos. Em dezembro de 2012, a Otan, aliança militar ocidental, da qual a Turquia faz parte, autoriza a instalação de baterias antimísseis na fronteira.

Os Estados Unidos e a União Europeia relutam em armar a oposição, que se encontra fragmentada. Os EUA temem que as armas sejam desviadas por extremistas islâmicos ligados ao grupo terrorista Al Qaeda, que podem estar misturados aos rebeldes.

*Uma intervenção militar externa na Síria pode detonar um grande conflito em todo o Oriente Médio*

## Evolução do conflito

Milícias paramilitares alauítas ligadas ao governo – chamadas de *shabiha* – são acusadas de executar mulheres e crianças em vilas sunitas. Os massacres de Taldou (108 mortos, em maio de 2012) e Cubair (78 mortos, em junho) sinalizam a guerra sectária, ou seja, com base em diferenças religiosas ou étnicas.

O ELS intensifica as ações armadas e chega a Damasco, a capital, onde entra em choque em junho de 2012 com a Guarda Republicana, responsável pela segurança do presidente. A chegada dos embates ao centro do poder desperta o temor de que o ditador possa recorrer a armas químicas para barrar os rebeldes. Em novembro, o ELS consolida o controle sobre a província petrolífera de Dayr az Zawr, no leste, conquista bases militares e amplia o acesso a armamentos pesados.

Por enquanto, 15 mil integrantes do ELS enfrentam um Exército de 220 mil homens. Assim, a maior ameaça ao regime é a erosão dos pilares da ditadura – a lealdade da cúpula militar alauíta e o suporte político da elite sunita.



#### FORÇA DAS RUAS

Manifestação contra a ditadura na Tunísia, em janeiro de 2011: a derrubada do ditador Ben Ali deu a partida na Primavera Árabe, que vem abalando as estruturas de poder nos países da região

### Os problemas do Egito

Dois anos após o início dos protestos que derrubaram o ditador Mubarak, o Egito ainda vive uma situação instável, pois há um precário equilíbrio de poder entre o presidente eleito, Mohammed Mursi, e os militares, que continuam com grande poder institucional. Há ainda a pressão das ruas, que não parou nos últimos meses.

A comunidade internacional acompanha atentamente os acontecimentos no país, porque, na condição de nação mais populosa e influente do mundo árabe, os rumos do Egito exercem papel importante no destino da região. A situação preocupa, em especial, os EUA e Israel, pois o Egito se tornou um estratégico aliado dos dois países desde que firmou os acordos de Camp David, em 1979, reconhecendo o Estado judeu. Para os israelenses, é essencial que o Egito mantenha o acordo em vigor, e, neste contexto, os EUA enviam uma ajuda financeira anual às Forças Armadas egípcias (veja mais na pág. 84).

O islamita Mursi assumiu a Presidência em 30 de junho de 2012, após ven-

cer eleições inéditas no país. O evento histórico deveria inaugurar um novo período na vida do povo egípcio, ao encerrar décadas de supremacia dos militares no poder e iniciar um período democrático. Mas isso não ocorreu, pois a junta militar à frente do governo provisório – por desconfiança em relação à Irmandade Muçulmana, à qual Mursi é ligado – resolveu, pouco antes da posse, dissolver o Parlamento dominado pelos islamitas, esvaziar o poder da Presidência e tentar se manter como a autoridade máxima do Estado.

A desconfiança vem do fato de que a Irmandade Muçulmana é a maior e mais antiga organização islâmica do país, que, por décadas, lutou na clandestinidade contra o regime militar. Mesmo proibido, o grupo liderava a oposição. Seus líderes disputavam assentos no Parlamento como independentes (o Egito aceitava candidaturas avulsas). Como força organizada, a Irmandade teve um papel secundário na revolução de 2011, mas tornou-se a grande vitoriosa nas eleições para o Parlamento. O Partido Liberdade e

Justiça (PLJ), seu braço político, ficou perto da maioria absoluta. Os salafistas (grupo fundamentalista) elegeram a segunda maior bancada.

A hegemonia dos islamitas incomoda setores como a minoria cristã e os liberais e laicos, que temem a implantação de um Estado islâmico, regido pela sharia (lei religiosa inspirada no Islã). A postura da Irmandade contribui para isso. Embora seus líderes defendam um Estado não religioso, inspirado em alguns princípios religiosos, como na Turquia, seu programa não é claro.

A primeira grande crise eclode em março de 2012, quando a Corte de Justiça dissolve a Assembleia Constituinte nomeada pelo Parlamento por causa do predomínio dos islamitas. Nos meses seguintes, a Irmandade negocia com partidos liberais e seculares a escolha de um painel mais representativo da sociedade egípcia.

O clima de apreensão aumenta com as eleições presidenciais, em maio. Engenheiro com carreira nos EUA, Mohammed Mursi é considerado um conservador religioso – durante a campanha, promete adotar a sharia e promover reformas radicais no governo. Como a conquista da Presidência levaria a Irmandade a concentrar o poder no Executivo e no Legislativo, os militares decidem intervir. Antes do segundo turno, o Conselho Supremo das Forças Armadas (CSFA) suspende o Parlamento e assume os poderes legislativos. No fim da votação, quando as pesquisas já apontam a vitória de Mursi, o CSFA decreta uma Constituição interina e passa a controlar o orçamento nacional, a segurança interna e as relações exteriores. O CSFA também se outorga o poder de veto na elaboração da Constituição.

No final, Mursi vence, mas assume a Presidência com autoridade limitada e o desafio de negociar com os generais a continuidade da transição democrática no Egito. Ainda é cedo para dizer se o objetivo do CSFA é tomar de fato o poder pela força, como ocorreu nos anos 1990 na Argélia, palco de um golpe militar após a vitória eleitoral dos islamitas. O cenário indica que a junta militar queira se manter como um poder real, para forçar a Irmandade à negociação permanente no exercício do governo.



GIANLUIGI GUERCIA/AFP

### DE VOLTA À PRAÇA

Manifestação na praça Tahir, no Cairo, em novembro de 2012: a volta das multidões ao cenário de protestos do início da Primavera Árabe

## A Líbia desagregada

Na fronteira oeste do Egito, a Líbia enfrenta uma situação difícil. O país teve em julho de 2012 as primeiras eleições desde 1964 para o Congresso. Em agosto, o Conselho Nacional de Transição (CNT), que liderava oposição à ditadura de Muammar Kadafi e assumiu o governo após sua queda, elege Mohammed Magariaf para presidente. Quem assume o cargo de primeiro-ministro, em outubro, é Ali Zidan, um advogado de direitos humanos. O novo governo enfrenta uma realidade de desagregação do país e tenta conter as rivalidades regionais e impor sua autoridade sobre grupos armados que converteram o território em feudos semiautônomos.

A revolta que derrubou Kadafi, o mais antigo ditador do mundo árabe, foi um dos momentos capitais das turbulências que afetam a região. Durante meses, as forças de Kadafi sofreram bombardeios da Otan, aliança militar ocidental, e resistiram ao avanço dos rebeldes, até a tomada de Trípoli, a capital, em agosto de 2011. O fim dos

conflitos ocorreu em outubro, após a execução do ditador pelos rebeldes.

Desde o início, o maior desafio do CNT foi controlar as milícias locais (*katibas*) que proliferaram no período de guerra civil e depois passaram a lutar entre si, espalhando a violência pelo país. O CNT procura desmobilizar as *katibas* e submetê-las a um comando central, mas os grupos pegam em armas para assegurar interesses próprios.

O novo governo líbio busca garantir a unidade do país, dividido em três

regiões: a **Cirenaica**, no leste, com centro em Benghazi; a **Tripolitânia**, no oeste, onde fica Trípoli; e **Fezzan**, no sudoeste. Após a independência líbia, em 1951, as regiões desfrutaram relativa autonomia. Depois de chegar ao poder, em 1969, Kadafi estabelece o controle direto sobre as províncias, mas também acentua as disputas regionais, ao concentrar a riqueza na Tripolitânia, área de seu grupo étnico, e negligenciar a Cirenaica, foco de oposição.

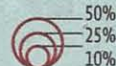
Na Líbia pós-Kadafi, as lideranças da Cirenaica passam a reivindicar o retorno ao federalismo, e pesa na disputa o controle pelas reservas de petróleo. A maior parte delas está na Cirenaica. Os anseios por autonomia encontram forte resistência no CNT, que teme a desintegração do país e não cogita abrir mão da região rica em petróleo. Existe a perspectiva de realização de uma Assembleia Constituinte para dar forma a novas instituições no país. Mas o pleito ainda não aconteceu, devido às divergências sobre o tamanho da representação de cada região na Assembleia e as formas de tomar as decisões.

**Após o fim da ditadura de Kadafi, a Líbia vive dificuldades para superar a rivalidade entre as três regiões que compõem o país**

# QUESTÕES SOCIAIS: EDUCAÇÃO, MULHERES, RELIGIÃO

Enquanto alguns países do mundo árabe se destacam pelas boas condições sociais e avanços em questões como as de gênero, outros espantam pelas desigualdades

Taxa de analfabetismo, população acima de 15 anos, em 2010



IDH 2011

- Muito alto
- Alto
- Médio
- Baixo
- Sem dados

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (Pnud)

O desenvolvimento humano apresenta contrastes. O ranking do IDH considera educação, renda e saúde. Barein, Emirados Árabes, Catar e Israel estão bem; os piores são Sudão, Djibuti, Mauritânia e Iêmen.



## HOMENS X MULHERES

Diferenças sociais entre homens e mulheres

| Classificação entre 146 países | Índice de Igualdade de Gênero* (zero a um), em 2011 |
|--------------------------------|-----------------------------------------------------|
| 146* Iêmen                     | 0,769                                               |
| 135* Arábia Saudita            | 0,646                                               |
| 128* Sudão                     | 0,611                                               |
| 126* Mauritânia                | 0,605                                               |
| 117* Iraque                    | 0,579                                               |
| 111* Catar                     | 0,549                                               |
| 104* Marrocos                  | 0,510                                               |
| 92* Irã                        | 0,485                                               |
| 86* Síria                      | 0,474                                               |
| 83* Jordânia                   | 0,456                                               |
| 77* Turquia                    | 0,443                                               |
| 76* Líbano                     | 0,440                                               |
| 71* Argélia                    | 0,412                                               |
| 51* Líbia                      | 0,314                                               |
| 49* Omã                        | 0,309                                               |
| 45* Tunísia                    | 0,293                                               |
| 44* Barein                     | 0,288                                               |
| 38* Emirados Árabes            | 0,234                                               |
| 37* Kuwait                     | 0,229                                               |
| 22* Israel                     | 0,154                                               |

\* São avaliados 146 países, em quesitos como mortalidade materna, participação feminina no legislativo e no mercado de trabalho, incidência de gravidez na adolescência e uso de contraceptivo. Não há dados sobre Djibuti, Egito, Somália e territórios palestinos. Fonte: ONU

## A QUESTÃO DE GÊNERO

A Arábia Saudita, que faz parte do grupo de países com IDH elevado, apresenta uma das piores classificações quando o assunto é igualdade de gênero. Lá, as mulheres são proibidas de viajar, trabalhar ou estudar no exterior. Também não podem se casar, pedir divórcio ou entrar em hospital público sem receber permissão de seus guardiões (pais, maridos ou irmãos).

## A QUESTÃO RELIGIOSA

Um fator importante de tensão no Oriente Médio são os conflitos religiosos. Mesmo no âmbito do islamismo, as correntes sunita e xiita servem como base para grupos que disputam o poder e influenciam na condução da vida política de cada país e também nas alianças com seus vizinhos.

ISRAEL



Como Estado judeu, Israel é o único país da região sem maioria de muçulmanos.



## RELIGIÃO E GOVERNO

Crença religiosa da população, em %

● Sunitas ● Xiitas ● Outros

| País           | Religião                                  | Governo                                        |
|----------------|-------------------------------------------|------------------------------------------------|
| Arábia Saudita | 93,3% Sunitas, 3,4% Xiitas, 3,3% Outros   | Monarquia sunita                               |
| Turquia        | 82,5% Sunitas, 15,0% Xiitas, 14,0% Outros | República parlamentar                          |
| Síria          | 74,0% Sunitas, 12,0% Xiitas, 14,0% Outros | Ditadura sob controle de alaúitas (ramo xiita) |
| Iraque         | 62,5% Sunitas, 3,0% Xiitas, 34,5% Outros  | República parlamentar sob liderança xiita      |
| Líbano         | 34,1% Sunitas, 44,7% Xiitas, 21,2% Outros | República parlamentar                          |
| Irã            | 86,1% Sunitas, 3,8% Xiitas, 10,1% Outros  | República Islâmica xiita                       |

Fontes: Calendário Atlante de Agosto 2012, ALMANAQUE ABRIL 2013



GORAN TOMASEVIC/REUTERS

### **Percalços na Tunísia**

Foco inicial das revoltas populares que se espalham pela região, a Tunísia foi o primeiro país da Primavera Árabe a realizar eleições livres, após a derrubada de Ben Ali. Com uma população pequena, homogênea e educada, uma identidade nacional coesa e uma instituição militar desengajada, o país apresenta as melhores chances de adotar com êxito um regime democrático.

À semelhança do Egito, as forças islâmicas ganharam espaço no processo eleitoral. O partido islamita Ennahda (Renascença) conquistou a maior bancada na Assembleia Constituinte. O partido adota a moderação e se coliga com forças não religiosas para designar um governo até as eleições gerais. Em março de 2012, o Ennahda anuncia o caráter laico da nova Constituição, que não deverá mencionar a sharia.

A tensão interna elevou-se, porém, quando os conservadores salafistas, que defendem um Estado islâmico, passaram a promover ações violentas e protestos. Em fevereiro de 2013, o líder da oposição, Chukri Bel Aid, é

assassinado, e sua morte abre uma crise política. Protestos ganham as ruas. Os salafistas são apontados como culpados, e o governo, por não coibi-los. Bel Aid era um dos principais críticos ao governo islâmico da Tunísia e à violência de grupos extremistas. Em meio à crise, o primeiro-ministro Hamadi Jebali pede demissão, após não obter consenso para formar um governo técnico. O novo primeiro-ministro, Ali Larayedh, assume pedindo apoio popular e unidade para consolidar a democracia.

***Na Tunísia, aumenta o confronto interno entre a ideia de democracia e a implantação de um Estado religioso***

### **Iêmen e Barein**

No Iêmen, a nação mais pobre do mundo árabe, as manifestações populares pela renúncia de Ali Abdullah Saleh, com mais de 30 anos no poder, colocam a nação à beira da guerra civil. Surgiram violentas disputas entre clãs rivais na capital, Sanaa, e houve um avanço dos extremistas islâmicos ligados à Al Qaeda, no sul. Após um ano de conflito, Saleh deixa o poder, em fevereiro de 2012, quando os iemenitas elegem um novo presidente – Abdul Rahman Mansur al-Hadi.

A prioridade do novo governo é restaurar a estabilidade e a segurança, sobretudo no sul, onde o governo lança uma campanha militar para retomar o controle sobre redutos dos extremistas, com o auxílio dos drones norte-americanos – aviões de espionagem e ataque não tripulados (veja na pág. 37). A região é um dos principais alvos dos Estados Unidos na ação contra o terrorismo internacional.

No Barein, as manifestações da comunidade xiita – 70% da população – contra a dinastia sunita são a mais



grave ameaça a uma monarquia do golfo Pérsico em décadas. Mas, diferentemente da Síria, os governantes do Barein são aliados das potências ocidentais, sobretudo dos Estados Unidos, que abrigam na pequena ilha do golfo Pérsico a sede de sua quinta frota naval. O movimento popular por democracia e pelo fim da discriminação à população xiita acabou violentamente reprimido, com a participação decisiva de tropas militares vindas da vizinha Arábia Saudita (que também reprimiu os seus protestos internos).



# Afganistão e Iraque: o inferno não acabou



**Tropas dos Estados Unidos deixaram o Iraque em 2011 e ainda permanecem no Afeganistão, mas, após uma década de combates, os países ainda vivem conflitos internos**

**Q**uando a Primavera Árabe chegou, em 2011, abalando vários governos, espalhou-se por uma região já bastante sacudida por conflitos, aguçados desde 11 de setembro de 2001, quando as torres gêmeas, em Nova York (EUA), foram derrubadas por um ataque terrorista da rede Al Qaeda, de Osama bin Laden. No mesmo ano, os Estados Unidos invadiram o Afeganistão, país da Ásia Central, vizinho ao Oriente Médio. Em 2003, foi a vez do Iraque, onde a intervenção militar durou oito anos. Assim que os Estados Unidos saíram, no fim de 2011, o país mergulhou em uma guerra sectária. No Afeganistão, onde as tropas norte-americanas permanecem, há uma escalada de conflitos com as milícias do Taliban. A região está em ebulição.

## Após a ocupação no Iraque

Os Estados Unidos invadiram o Iraque em 2003, para terminar com o regime de Saddam Hussein, hostil aos norte-americanos. A alegação para isso (que depois não se confirmou) era de que o país acumulava armas de destruição em massa. O objetivo de fato era assegurar a influência sobre a estratégica região, que guarda uma das maiores reservas de petróleo do mundo (veja o mapa na pág. 73). Desde a chegada dos norte-americanos, o país mergulhou numa espiral de conflitos entre seus principais grupos populacionais: xiitas (60% da população), sunitas (20%) e curdos (15%). Além de lutarem entre si, havia a resistência armada às tropas dos EUA. A causa central dos conflitos internos foi a aliança política do co-

mando militar norte-americano com a elite xiita. A marginalização dos sunitas – nos quais Saddam se apoiava para governar – desencadeou a insurgência sunita contra os EUA e os xiitas. Entre os combatentes sunitas havia nacionalistas, partidários de Saddam Hussein e milícias ligada a Osama bin Laden, como a Al Qaeda no Iraque, criada em 2004. A principal milícia xiita é o Exército Mahdi, liderado pelo clérigo Muqtada al-Sadr, que promoveu uma violenta campanha contra os soldados estrangeiros, até ser derrotado, em 2008.

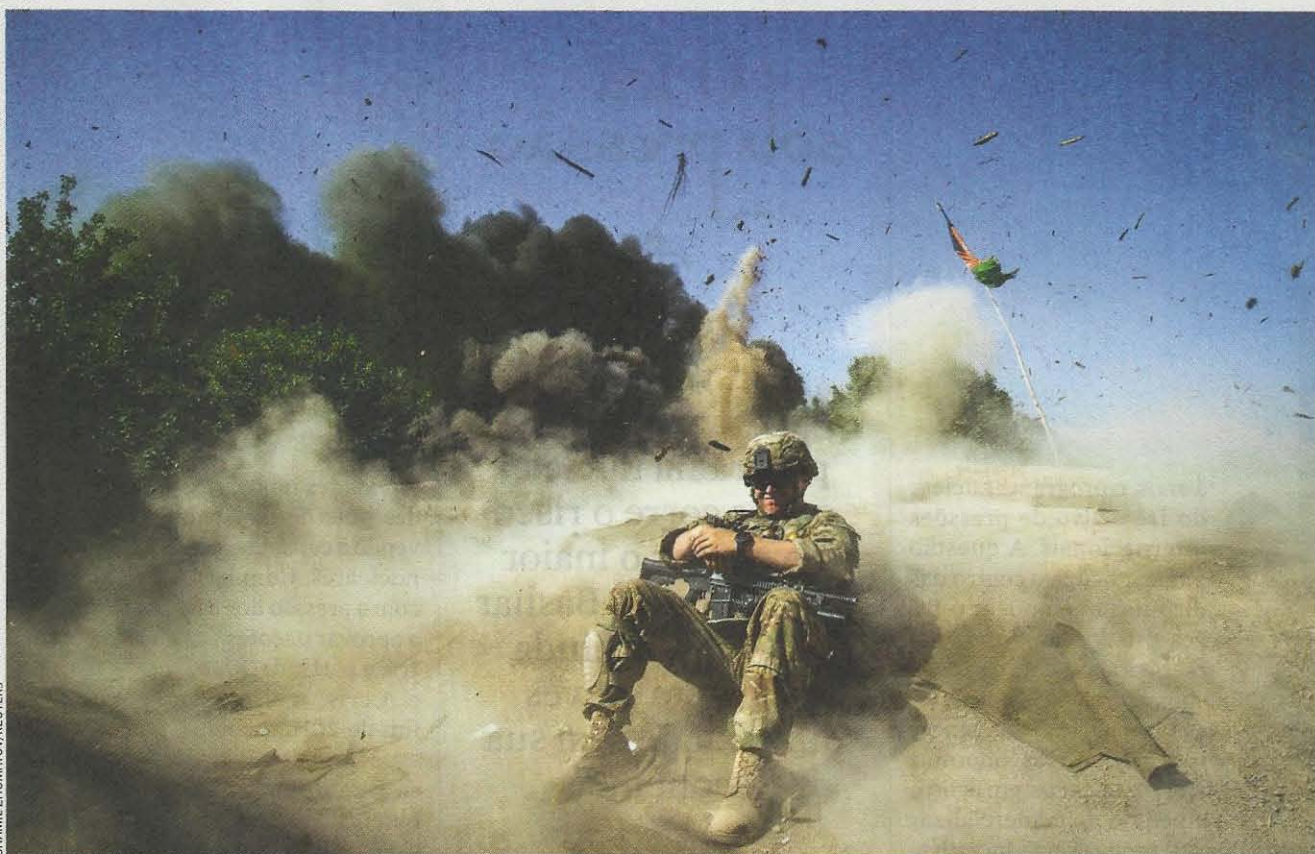
As mudanças políticas internas começaram em 2005. A coalizão xiita Aliança Iraquiana Unida vence as eleições organizadas pelas tropas de ocupação. Pela primeira vez na história do país, os xiitas chegaram à chefia do governo. A Assembleia Nacional Provisória (ANP) forma um governo transitório e redige o projeto de nova Constituição, que desagradou aos sunitas por prever a possibilidade de criação de federações autônomas no norte (curdos) e no sul (xiitas), regiões que concentram as jazidas de petróleo. A Aliança Iraquiana

Unida vence as eleições para o Parlamento, mas não consegue a maioria absoluta. Um novo governo é nomeado, com o xiita Nuri al-Maliki como primeiro-ministro. O curdo Jalal Talabani mantém-se na Presidência.

Apesar das eleições, a violência no país aumenta e atinge seu pico em 2006 e 2007. Diminui depois, com o envio de mais soldados e com os acordos obtidos com milícias sunitas. Em 2008, o governo dos EUA, ainda com George W. Bush, anuncia o fim da ocupação militar até 2011. Ela ocorre aos poucos, e as operações de combate são gradualmente transferidas para as forças do Iraque.

Nas eleições de 2010, nenhuma legenda obtém a maioria no Parlamento. Maliki continua no cargo, ao formar uma coalizão com o bloco não religioso Iraqiya, apoiado pelos sunitas. Mas a partilha do poder não ocorreu, e Maliki acumula funções, atuando como ministro da Justiça, do Interior e da Defesa. Os Estados Unidos encerram a ocupação no fim de 2011. Com a guerra no Iraque, foram consumidos trilhões de dólares e 4,4 mil soldados perderam a vida. No período, mais de 110 mil civis iraquianos também morreram.

Um dia após a retirada das tropas, o mais proeminente líder sunita do Iraque, o vice-presidente Tariq al-Hashemi, torna-se fugitivo no próprio país, pois o primeiro-ministro xiita Nuri al-Maliki manda prendê-lo, sob a acusação de terrorismo. Al-Hashemi busca proteção no Curdistão, no norte do Iraque. Em setembro de 2012, a Corte Suprema Penal do Iraque o condena à pena de morte por crimes de terrorismo. Foragido, Hashemi responde que a ação tem motivação política.



Maliki marginaliza os sunitas de seu país e se aproxima dos xiitas próximos ao governo do Irã, em especial do clérigo Moqtada Al-Sadr. A crise no governo impulsiona reivindicações de autonomia para as províncias de maioria sunita, e Maliki veta a proposta. A oposição à autonomia também acontece por causa do conflito na Síria, onde a revolta ameaça derrubar o governo alaúita (xiita). O governo do Iraque teme a formação de um bloco unindo as áreas sunitas iraquianas com uma Síria eventualmente sunita. Líderes do oeste do Iraque admitem, em 2012, que militantes e armas estão passando por eles para chegar à Síria. A cooperação entre os sunitas coloca Maliki em alerta, pois a crise síria pode sair de suas fronteiras.

Internamente, o número de atentados cresce, ameaçando a unidade do Estado iraquiano. A maioria atinge alvos xiitas, além da polícia e do Exército. Muitas das ações são atribuídas ao grupo Estado Islâmico do Iraque, vinculado à Al Qaeda. Nas cidades de maioria sunita, o povo ganha as ruas, em manifestações antigoverno.

#### LIMPANDO A ÁREA

Soldado dos Estados Unidos realiza uma detonação controlada no sul do Afeganistão: a previsão é reduzir as tropas, mas manter sua presença até 2014

◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇

#### Mais violência no Afeganistão

Os EUA invadiram o Afeganistão em 2001 e derrubaram o regime fundamentalista do Taliban, acusando-o de dar abrigo ao grupo Al Qaeda. Em seu lugar, foi empossado um governo aliado do Ocidente, sustentado por tropas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Mas a guerrilha islâmica ressurgiu com força no sul e no leste do território nos últimos anos, usando como base as áreas tribais do oeste do vizinho Paquistão.

Vários incidentes em 2012 envolvem tropas norte-americanas e recebem amplo repúdio no Afeganistão. Em janeiro, surge um vídeo no qual soldados dos EUA urinam sobre corpos de afeganes. No mês seguinte, militares dos EUA mandam incinerar, segundo eles por engano, exemplares do *Alcorão*, livro sagrado dos muçulmanos. Em março, um sargento assassina 17 pessoas (incluindo nove crianças). O massacre leva o presidente afegane, Hamid Karzai, a criticar a presença das tropas externas.

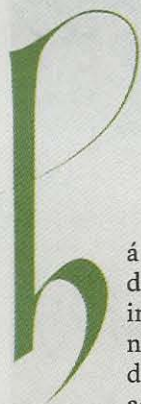
O Taliban não dá tréguas, e a escalada de violência continua. Os EUA conseguiram derrotar o Taliban na província de Kandahar, mas os ganhos militares são considerados “frágeis e reversíveis”, por causa da incapacidade do governo do Paquistão de caçar os guerrilheiros em seu território. No início de 2013, o presidente Obama anuncia a retirada de metade do contingente militar dos EUA no Afeganistão até 2014. Já a Otan estuda manter de 8 mil a 12 mil militares no Afeganistão após 2014, em missões de formação e treinamento, além de apoio ao Exército afegane.



# O Irã sob pressão



**Isolado  
externamente  
em razão de seu  
programa nuclear,  
o país corre o risco  
de perder o maior  
aliado, o sírio Bashar  
al-Assad, e ainda  
enfrenta graves  
dificuldades em sua  
economia**



há anos, o programa nuclear do Irã é alvo de pressões internacionais. A questão nuclear ocupa o centro das disputas que opõem o Irã aos Estados Unidos e a Israel. As acusações de que o país ambiciona fabricar a bomba atômica provocaram sanções econômicas internacionais – as últimas, impostas pelos EUA, foram iniciadas em agosto de 2012. Impedido de comercializar livremente seu produto mais lucrativo, o petróleo, o país enfrenta uma séria crise econômica.

No plano político, a tensão é elevada com a ameaça de que Israel pode atacar as instalações nucleares do Irã. Mas não é só com Israel que o Irã mantém rivalidade. A Arábia Saudita é um inimigo histórico, com quem disputa influência no Oriente Médio. Num esforço para fortalecer o país, o presidente Mahmoud Ahmadinejad busca estreitar alianças com Líbano, Iraque, Egito e Síria. Mas a Primavera Árabe torna as alianças incertas e frágeis.

As revoltas também afetaram internamente o Irã. A população foi às ruas para reivindicar mudanças, mas as manifestações foram abafadas. Porém, a crise na economia e a alta de preços causam novos protestos em outubro de 2012. Os iranianos culpam o presidente pela situação e exigem mudanças.

País importante no Oriente Médio, o Irã possui uma população muçulmana, xiita em sua maioria, mas não árabe, e sim persa. A nação saiu da esfera de influência norte-americana em 1979, quando a Revolução Islâmica depôs o regime do xá Reza Pahlevi, aliado dos EUA, e instaurou em seu lugar

um regime teocrático. Após a chegada à Presidência do conservador Ahmadinejad, eleito em 2005 e reeleito em 2009, a situação se aguçou, porque o presidente iraniano, com uma retórica incendiária, defende o fim do Estado de Israel e questiona a ocorrência do Holocausto – a execução de 6 milhões de judeus na II Guerra Mundial.

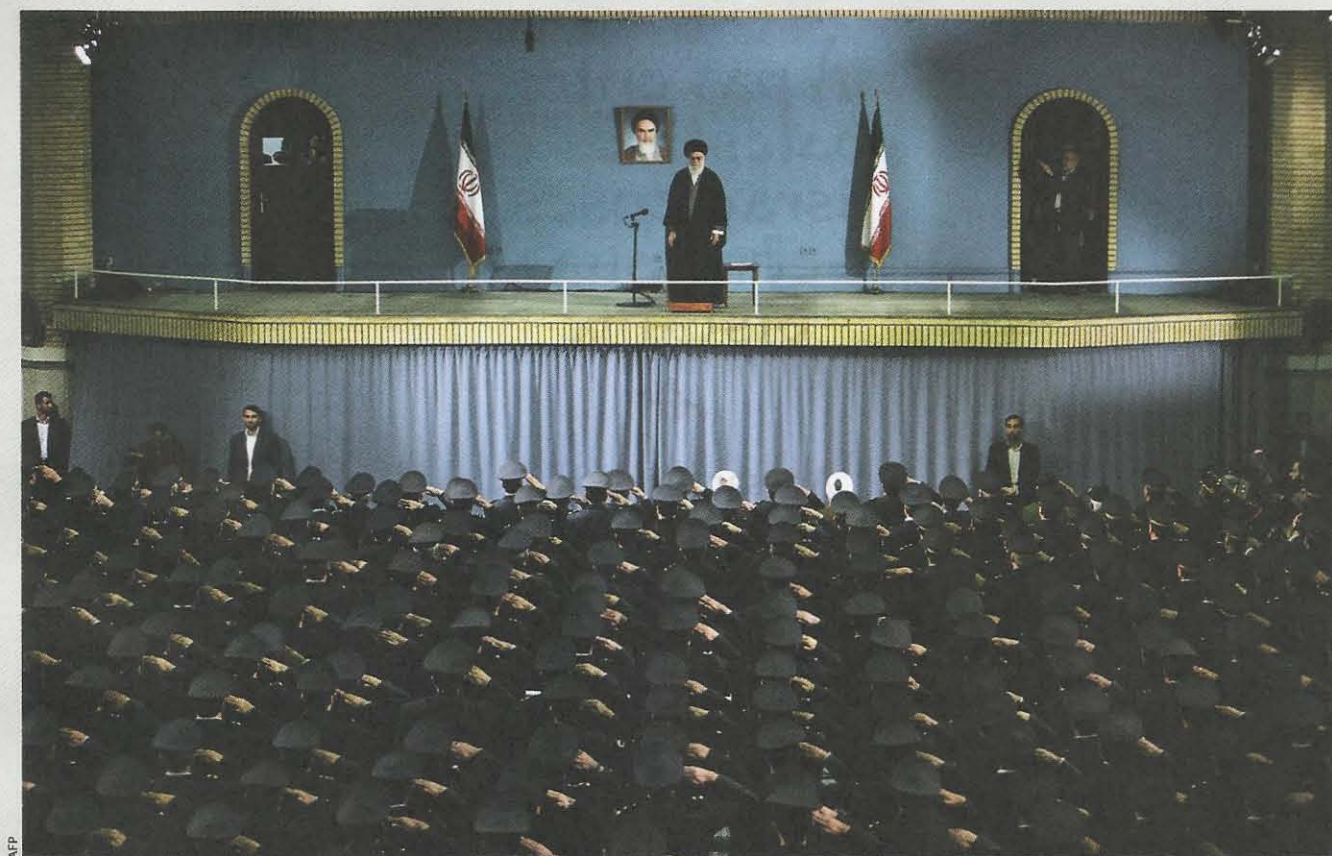
Nos últimos anos, a hostilidade agravou-se diante da determinação de Teerã em prosseguir com seu programa nuclear – acusado pelos países ocidentais de ter como objetivo não declarado a obtenção da bomba atômica. Ahmadinejad defende o “direito inalienável” de o Irã atuar na área nuclear, pois afirma que o país busca a geração de energia (o programa começou com apoio dos EUA no regime do xá). O Irã é signatário do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) e afirma que cumpre rigorosamente os seus pontos, incluindo o que prevê vitórias externas sobre o enriquecimento de urânio para fins pacíficos. Mas a Agência Nuclear de Energia Atômica (Aiea), encarregada de inspecionar as

atividades nucleares, já declarou que desconfia de que o país esteja desenvolvendo a capacidade de produzir armas nucleares. Com base nas suspeitas e com a pressão dos EUA, a ONU passou a aprovar pacotes de sanções contra o Irã, a partir de 2006.

A crise mais recente começou no fim de 2011, quando a Aiea detalhou aspectos das atividades iranianas que só fazem sentido se o objetivo for a obtenção da bomba atômica. Os EUA e a União Europeia (UE) anunciaram sanções severas para restringir as vendas de petróleo iranianas no exterior, a maior fonte de receita do país.

Em resposta, porém, as autoridades iranianas elevaram o tom de sua postura desafiadora. No início de 2012, o Irã ameaçou fechar o estreito de Ormuz – estratégica rota marítima que liga os portos de exportação de petróleo no golfo Pérsico ao oceano Índico – se as sanções fossem ampliadas e realizou exercícios navais na região. Os EUA reagiram, afirmando que não irão tolerar nenhum bloqueio. Como um quinto do petróleo vendido no mundo passa pelo local, Washington mantém forte presença naval no golfo Pérsico, para assegurar sua livre circulação.

Em maio de 2012, a Aiea descobriu rastros de urânio enriquecido a mais de 20%, limite para o uso com fins pacíficos (a bomba exige enriquecer urânio acima de 90%). O governo iraniano defendeu-se afirmando que o enriquecimento acima do padrão pode ter ocorrido por falha técnica. Diante das evidências, os EUA anunciam novas sanções contra os setores petroquímico e de energia do Irã, em agosto de 2012.



## Xadrez geopolítico

O regime iraniano é apontado como o grande patrocinador de grupos extremistas que atuam contra Israel, como o Hamas palestino, na Faixa de Gaza, e o xiita Hezbollah, no Líbano. Seu maior aliado na região é o governo da Síria, também inimigo de Israel. As relações com os israelenses encontram-se em momento de alta voltagem. Israel não é aderente ao TNP e é considerado internacionalmente um país com arsenal nuclear, embora não confirme isso. O governo de Teerã acusa Israel de ter assassinado quatro cientistas nucleares iranianos para prejudicar o seu programa. Já Israel afirma que o Irã está por trás dos atentados contra funcionários de suas embaixadas na Índia e na Geórgia, em 2012.

A influência regional do Irã vem correndo o risco de um sério abalo com o conflito na Síria. Se o regime sírio de Bashar al-Assad cair, o Irã fica sem um corredor para abastecer o Hamas e o Hezbollah, e perde seu maior aliado.

O Irã tenta ampliar sua influência no Oriente Médio estreitando relações

**CHEFE DE ESTADO**

O aiatolá Khamenei é saudado por oficiais da Força Aérea, em fevereiro de 2013: no regime teocrático, o líder religioso é também chefe político

com comunidades hostis aos norteamericanos em países estratégicos. Um dos esforços de Ahmadinejad é no sentido de reforçar os laços com o Líbano, o Hezbollah e a população xiita do país, além do novo governo do Egito. O Irã também se aproxima do Iraque por meio de uma aliança com o clérigo Muqtada al-Sadr, uma das principais lideranças xiitas do país. Al-Sadr comanda uma coalizão de partidos que apoia o primeiro-ministro xiita Nuri al-Malik (veja mais na pág. 80).

## Questões domésticas

Internamente, o regime iraniano sofreu um sério abalo em 2009, quando multidões tomaram as ruas da capital, Teerã, em gigantescas manifestações contra a reeleição de Ahmadinejad. Uma repressão brutal dispersou os protestos. O governo iraniano reprimiu rapidamente as manifestações no início das revoltas árabes.

Uma disputa interna por poder entre o presidente e o líder religioso supremo Ali Khamenei torna-se pública em 2011, pela nomeação de ministros. Ao mesmo tempo, Ahmadinejad está tendo de lidar com vários problemas. A economia apresenta graves dificuldades – crescimento lento, desemprego alto e corrupção. Com o embargo internacional, as exportações de petróleo caíram de forma expressiva, comprometendo as finanças nacionais. Um dos resultados é a inflação, o que levou a população às ruas de Teerã em outubro de 2012. O governo perde popularidade. Nesse cenário, há uma insatisfação crescente com a falta de democracia, vista como uma ameaça pela teocracia iraniana.



# A paz entre palestinos e israelenses continua distante



Apesar da vitória diplomática palestina na ONU, a existência de um Estado fica difícil com os novos assentamentos israelenses

**i**sraelenses e palestinos estão em conflito há tanto tempo – mais de seis décadas – que parecem nunca sair dos noticiários. Entra ano, sai ano, o impasse se prolonga, e a paz permanece como um objetivo distante. Para os governantes de Israel, a Primavera Árabe trouxe preocupações com mudanças radicais que possam afetá-los, vindas sobretudo do Egito. Assim, adicionou-se mais tensão em um cenário já conturbado.

Em um dos primeiros capítulos da Primavera Árabe, os egípcios ocuparam as ruas e derrubaram o ditador Mubarak, no país que faz a fronteira sul com Israel e a Faixa de Gaza. Acontece que, desde 1979, o Egito é o principal aliado árabe dos EUA e de Israel no Oriente Médio, parceria fundamental para o Estado judeu. Como a população egípcia é em boa parte hostil ao Estado de Israel, a revolução no país vizinho causou intranquilidade. E isso não melhorou com a eleição de Mohammed Mursi para presidente, empossado em junho de 2012, ligado à Irmandade Muçulmana (veja na pág. 75). Embora Mursi tenha se comprometido a respeitar os acordos internacionais, a Irmandade sempre criticou os acordos e o ex-ditador Mubarak, acusando-o de subserviência aos EUA e a Israel.

## Um pouco de história

Durante quase 30 anos, Israel se manteve isolado no Oriente Médio, sem o reconhecimento de nenhuma das nações vizinhas. Em 1967, a tensão explodiu na Guerra dos Seis Dias. Depois do ataque, Israel passou a controlar a Cisjordânia (território palestino então sob controle da Jordânia, in-

cluindo Jerusalém Oriental), a Faixa de Gaza (território palestino, então sob controle do Egito), a península do Sinai (território egípcio) e as colinas de Golã (território da Síria). As ocupações israelenses provocaram enorme deslocamento de palestinos, que se refugiaram em países vizinhos. Desde então, Israel passou a implantar colônias judaicas na Cisjordânia, na qual vivem 2,6 milhões de palestinos.

A mudança essencial nesse quadro ocorreu quando o então presidente do Egito, Anwar Sadat, sucessor de Nasser (veja na pág. 70), assinou os Acordos de Paz de Camp David, em 1979. Com o tratado, o Egito passava a ser o primeiro país árabe a reconhecer Israel. Assim, a Península do Sinai foi devolvida aos egípcios em 1982. Sadat pagou um preço alto pelo acordo: foi assassinado três anos depois por extremistas islâmicos, acusado de traição. Mubarak, seu sucessor, sustentou Camp David e governou durante quase 30 anos com base num estado de emergência, com o apoio externo do governo dos Estados Unidos.

Em 1974, os palestinos haviam fundado a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), que lutava pela criação de um Estado só em todo o território e o retorno dos refugiados à terra de origem. Mas os Acordos de Camp David puseram os palestinos sob pressão. Em 1993, Yasser Arafat, líder da OLP, reconheceu Israel, que aceitou a OLP como representante dos palestinos. Foram assinados os Acordos de Oslo, que deram início a negociações de paz e à criação da Autoridade Nacional Palestina (ANP).

## Impasse nas negociações

Desde então, muito pouco se avançou na direção da paz. Questões como a ocupação dos territórios palestinos, o problema da volta dos refugiados e a situação de Jerusalém Oriental (que os palestinos reivindicam como capital do possível Estado) mostraram-se obstáculos difíceis de transpor. A última rodada de negociações, em setembro de 2010, fracassou pela enorme distância entre as posições de cada lado. Israel se recusa a prorrogar o acordo de interromper as construções de assentamentos judaicos nos territórios palestinos, e os líderes palestinos não aceitam dialogar enquanto houver a expansão das colônias – pois, quanto mais os israelenses constroem, mais distante fica a possibilidade de os palestinos controlarem o território. Entre as populações, a tensão permanece, e os palestinos continuam vivendo em condições muito difíceis.

Com frequência, a tensão se torna combate aberto. O último ocorreu em novembro de 2012, quando um ataque de Israel matou um chefe militar do Hamas, grupo fundamentalista que con-

**1920-1947**

Palestina sob domínio britânico



**1947-1948**

Proposta de partilha da ONU



**1948-1967**

Após a Guerra de Independência



**1967-1988**

Após a Guerra dos Seis Dias



**1988-2013**

Situação atual



## O CONFLITO NA PALESTINA

**1897** Fundação do movimento sionista, que visa ao retorno dos judeus à Palestina. Nas décadas seguintes, milhares migram para a região

**1918-1939** Palestina sob domínio britânico.

**1939-1945** II Guerra Mundial.

**1947** A ONU propõe a divisão da Palestina em dois Estados: 56,47% para os judeus e 43,53% para os árabes. Os líderes judeus aceitam, enquanto os árabes rejeitam.

**1948-1949** Retirada britânica. Os judeus proclamam Israel. Jordânia, Egito, Líbano, Síria e Iraque atacam, mas são expulsos. Os palestinos ficam sem território.

**1964** Criação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

**1967** Guerra dos Seis Dias: Israel ocupa a Faixa de Gaza, o Sinai (Egito), Golã (Síria), a Cisjordânia e Jerusalém Oriental.

**1973** Guerra do Yom Kippur.

**1977-1979** O Egito e Israel firmam Acordos de Camp David.

**1987** 1ª Intifada, levante palestino.

**1993-95** Acordos de Paz de Oslo, entre Israel e palestinos. A Autoridade Nacional Palestina é criada, sob o comando de Yasser Arafat, da OLP.

**2000** 2ª Intifada.

**2002** Começa a construção do muro na Cisjordânia.

**2004** Morre Yasser Arafat.

**2006** Hamas vence as eleições palestinas.

**2007** Conflito entre os palestinos.

**2008** Israel ataca a Faixa de Gaza.

**2010** Israel ataca flotilha com ajuda à Faixa de Gaza.

**2012** A ONU aprova resolução que eleva a Palestina a "Estado observador não membro"

**POPULAÇÃO PALESTINA**

Em milhões, em 2011



**Assentamentos judeus**

|                    |         |
|--------------------|---------|
| Cisjordânia        | 270 mil |
| Jerusalém Oriental | 190 mil |

Mar Mediterrâneo

EGITO

ISRAEL

LÍBANO

SÍRIA

Golã ocupado

JORDÂNIA

- Muro construído ou planejado
- Fronteira pré-1967
- Controle israelense
- Controle palestino ou misto
- Assentamentos israelenses
- Área da cidade de Jerusalém

### A FAIXA DE GAZA

- Postos de fronteira
- Campos de refugiados
- Controle israelense



4 km



SUHAIB SALEM/REUTERS

### GAZA EM CHAMAS

Israel bombardeia a Faixa de Gaza, em 17 de novembro de 2012: governado pelo grupo islâmico Hamas, o território está sob bloqueio há seis anos

trola a Faixa de Gaza. Em resposta, o Hamas disparou 1,5 mil projéteis contra Israel, que se defendeu com um escudo antimísseis. O cessar-fogo foi assinado, mas as hostilidades continuaram.

Enquanto isso, o presidente da ANP, Mahmoud Abbas, iniciou uma ofensiva diplomática pelo reconhecimento da Palestina como Estado. Após sofrer uma derrota no Conselho de Segurança da ONU, submeteu à Assembleia Geral o pedido para que a Palestina passasse da condição de “entidade observadora não membro” para a de “Estado observador não membro”. Em novembro de 2012, 138 dos 193 países-membros da ONU votaram contra os EUA e Israel.

Em resposta, o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, suspendeu o repasse de impostos aos palestinos e anunciou a construção de mais 3 mil residências na Cisjordânia e em Jerusalém Ocidental. Em janeiro de 2013, Netanyahu se enfraqueceu nas eleições legislativas em Israel. Apesar de seu partido, o Likud, ter sido o mais votado, Netanyahu tem agora de fazer alianças mais amplas para formar o governo.

### Isolamento de Israel

As relações entre Israel e os palestinos sofreram, nos últimos anos, o impacto de duas mudanças externas, além da Primavera Árabe. A primeira foi a chegada do democrata Barack Obama ao governo dos EUA, em 2009, com uma retórica menos enfática de apoio a Israel do que seu antecessor, George W. Bush. A segunda foi o rompimento da cooperação comercial e militar com a Turquia, provocado pelo agravamento das tensões inter-regionais.

### *O presidente Obama defende um Estado palestino ao lado de Israel, com base nas fronteiras pré-1967*

Em maio de 2011, Obama fez um pronunciamento histórico, defendendo a criação de um Estado palestino desmilitarizado ao lado de Israel, cujas negociações tomassem como base as fronteiras pré-1967 (veja o mapa na pág. 85). Ele ressaltou que qualquer mudança territorial deveria ser acertada de comum acordo, e poderia haver uma “troca” de territórios. Netanyahu rejeitou a ideia. Em resposta, disse considerar as fronteiras pré-1967 como “indefensáveis”, por deixar fora de Israel os quase 330 mil judeus que moram em mais de 120 assentamentos na Cisjordânia.

A crise com a Turquia foi uma dor de cabeça inesperada para Israel. O Estado turco era, com o Egito, um pilar de segurança para Israel no Oriente Médio. O estopim da ruptura ocorreu em 2010, quando forças israelenses atacaram uma flotilha (pequeno conjunto de embarcações) que havia zarpado da Turquia e levava ajuda humanitária para os moradores da Faixa de Gaza. O rompimento se deu em setembro de 2011, diante da recusa de Israel de pedir desculpa pelo incidente.

## Dossiê Mundo Árabe

**PRIMAVERA ÁRABE** É o nome dado à onda de revoltas populares que eclodem em nações do mundo árabe a partir de 2011. A raiz dos protestos são o agravamento da crise econômica e a falta de democracia. A população sofre com o desemprego e busca melhores condições de vida.

**IRAQUE E AFGANISTÃO** A ocupação militar do Iraque terminou em dezembro de 2011, com a retirada dos últimos soldados norte-americanos do país. Os EUA invadiram o Iraque em 2003 para derrubar a ditadura de Saddam Hussein e manter sua influência num território rico em petróleo e estenderam a presença das tropas por quase nove anos. Mais de 100 mil civis morreram e também 4,5 mil soldados dos EUA. Assim que os EUA saíram, no fim de 2011, o país mergulhou em um grave conflito interno. No Afeganistão, onde as tropas norte-americanas permanecem pelo menos até 2014, há uma escalada de conflitos com as milícias do Taliban.

**IRÃ** A questão nuclear iraniana ocupa o centro das disputas que opõem o Irã aos Estados Unidos e a Israel. As acusações de que o país ambiciona fabricar a bomba atômica provocam sanções econômicas internacionais. Impedido de comercializar livremente seu produto mais lucrativo, o petróleo, o país enfrenta uma séria crise econômica.

**ISRAEL E PALESTINA** O último conflito ocorreu em novembro de 2012, quando um ataque de Israel matou um chefe militar do Hamas, e, em resposta, o grupo fundamentalista disparou 1,5 mil projéteis. O primeiro-ministro israelense, Benyamin Netanyahu, enfraquece-se nas eleições legislativas, pois terá de fazer alianças amplas para formar o governo.

**PALESTINA NA ONU** O presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Mahmoud Abbas, submete à Assembleia Geral da ONU a solicitação para que a Palestina passasse para a condição de "Estado observador não membro". Em novembro de 2012, a resolução foi aprovada na ONU, com 138 votos.



STAN HONDA/AFP



JACK GUEZ/AFP

**DIPLOMACIA**

O palestino Mahmoud Abbas (acima, de óculos, ao centro) festeja o voto da ONU a favor dos palestinos; à esq., o israelense Benyamin Netanyahu após as eleições em Israel. Líderes não conseguem avançar na via de um acordo

**Disputa interna palestina**

Após mais de seis décadas de conflito, os palestinos enfrentam dificuldades extremas. Sua população se divide entre uma parcela (minoritária) que vive em Israel, outra que mora nos territórios palestinos – Faixa de Gaza e Cisjordânia –, uma terceira que migrou para outros países, e milhões de refugiados, que perderam suas casas e propriedades com a fundação de Israel e vivem com seus descendentes em campos precários nos territórios e países vizinhos. Os refugiados continuam agitando suas chaves, reivindicando a volta ao local de origem dentro de Israel, o que poria em questão o próprio Estado tal como é hoje. Na Cisjordânia, a população sofre com a ocupação do Exército israelense, com seus pontos de controle militar e com a construção de um muro por Israel que fatia o território. Na minúscula Faixa de Gaza, área semidesértica com uma enorme aglomeração humana, 70% das famílias vivem com menos de 1 dólar ao dia, e 80% delas dependem de ajuda alimentar externa, segundo a ONU.

Internamente, o movimento palestino sofre com sua divisão em duas vertentes. Desde 2007, a Faixa de Gaza é governada pelo grupo fundamentalista Hamas, ao passo que o laico Fatah governa a Cisjordânia. Os dois romperam após as últimas eleições palestinas, em 2006, vencidas pelo Hamas. O resultado teve consequências, pois o Hamas prega o fim de Israel, com o objetivo de criar um Estado islâmico na Palestina. Israel, EUA e União Europeia reagiram com um boicote aos territórios palestinos.

Sob pressão externa, os dois grupos entraram em guerra aberta em 2007: o Fatah foi expulso da Faixa de Gaza. Na Cisjordânia, Abbas nomeou um governo sem os adversários. Assim que o Hamas assumiu o poder na Faixa de Gaza, Israel bloqueou o território, com o apoio do então aliado Egito.

Em maio de 2012, Hamas e Fatah chegaram a anunciar um acordo para a formação de um governo de unidade. Mas o Hamas voltou atrás, declarando que seria preciso alcançar uma reconciliação política real antes de dar qualquer novo passo. ☒